ATA N.º 1587/13

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e treze, reuniu-se o Legislativo Municipal, em Sessão Ordinária, presidida pela Vereadora Rosemari Almeida (PP) e Secretariada pelo Vereador Márcio Miguel Müller (PTB); presentes os demais Vereadores: Ari Arnaldo Müller (PDT), Carlos Einar de Mello – Naná (PP), Dorivaldo da Silva – Dorinho (PDT), Gustavo Zanatta (PP), Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB), Marcos Roberto Gehlen – Tuco (PT), Renato Antonio Kranz (PMDB) e Roberto Braatz (PDT). Às dezenove horas e dez minutos, a Presidência abriu os trabalhos e solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata anterior – 1586/13 – que foi devidamente aprovada. Após, foi lido o Expediente e dado seu destino. *Em prosseguimento, teve início a Hora dos Oradores. O primeiro a se manifestar foi o* **Vereador Renato Kranz,** *nos seguintes termos*: Hoje faço uma Indicação em função de que fiz um pedido de informação quanto à questão da propalada "creche noturna", que de creche deixou de ser creche, passou a ser um abrigamento, e de abrigamento passou a ser não sei o quê e ninguém mais sabe o que vai ser. O governo inaugurou a ideia e hoje temos uma coisa muito interessante em Montenegro: estamos na fase de inauguração de ideias. Isso é bom. Dizia o filósofo: "O que move o mundo são as ideias". Estamos agora num processo bem interessante: de inauguração de ideias, não de ações, e me preocupei com essa situação e fui buscar orientação. Estou apresentando ao Executivo, em forma de indicação, porque não posso apresentar na forma de projeto de lei, que está pronto, em função de que a Constituição não permite pelo fato de gerar despesas para o Executivo, mas tenho a prerrogativa de indicar ao Executivo. Estou encaminhando um projeto pronto, elaborado, com todos os seus artigos, a justificativa. O projeto de lei, que o Executivo deverá analisar e poderá remeter a esta Casa – assim espero que o faça – cria um programa municipal de transferência de renda para as mães que trabalham à noite e têm seus filhos em idade de Educação Infantil. O Município de Curitiba já faz isso há muitos anos, não estou apresentando uma novidade. O governo federal faz a transferência de renda por Bolsa Família. Estou propondo essa transferência de renda através desse projeto, na forma de Indicação. Justifico-o em função da resposta que o governo nos deu com relação à creche noturna. Esse projeto viabiliza a transferência de recursos às mães que possuem filhos em idade de Educação Infantil, que sejam chefes de família que trabalham à noite e possuam renda não superior a um vírgula cinco salários mínimos nacionais. Coloquei um parâmetro, não quer dizer que o governo tenha que segui-lo. Normalmente essas mães deixam seus filhos com algum familiar ou parente e precisam arcar com os gastos com alimentação, higiene, entre outros, durante o período em que a mãe está trabalhando. Gastos custeados pelas próprias famílias, ou saem do salário da própria mãe, que os transfere às famílias cuidadoras. Segundo informações, a Administração Municipal pretende instalar um acolhimento infantil noturno, com um custo bastante elevado, projetado em torno de cinquenta mil reais para este ano. Tendo em vista a necessidade de criar uma estrutura física adequada, materiais necessários e com profissionais capacitados para prestar atendimento a essas crianças, as famílias que se enquadram nos

critérios definidos nessa lei e através da ficha socioeconômica analisada e aprovada pela Diretoria de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social, terão direito a uma transferência no valor de cento e vinte reais por mês, por cada criança em idade escolar. Além da economicidade dos cofres públicos que se pretende com esse projeto de lei, é fundamentalmente permitir que as crianças permaneçam no âmbito familiar sendo cuidadas por alguém da própria família, indicadas na ficha socioeconômica e com avaliação da Assistente Social da Prefeitura Municipal, que deverá averiguar se o familiar indicado para ser o cuidador possui as condições necessárias para cuidar e preservar a integridade da criança. Entendemos que o projeto é de grande relevância social e que poderá atender um número bastante grande de mães e crianças, com recursos infinitamente menores do que construir ou adequar um local específico para essa finalidade. Mesmo assim, esse projeto deve ser amplamente discutido, debatido entre as entidades responsáveis pela assistência social de direitos da criança, como a Diretoria de Assistência Social, Conselho de Assistência Social, Conselho Tutelar e Promotoria da Criança e do Adolescente para que seja aperfeiçoado, sofrendo as correções necessárias, para que seja implementado com eficácia. Apresento-o como sugestão, uma ideia de projeto para que o governo repense a respeito de uma análise mais profunda com relação a esse acolhimento que ele quer fazer nesse espaço, que acho necessário. É preciso entender que muitas dessas crianças já passam o dia na escola de Educação Infantil porque a mãe precisa também descansar, e com certeza o contato com a família será ainda menor. Quer dizer: dar a responsabilidade total ao Estado sobre aquilo que é também de competência, de responsabilidade da família. Por isso, esse projeto tem este objetivo, esta ação. Acho que estamos contribuindo indicando, mostrando caminhos para o governo, para que ele possa também usar e fazer aquilo que achar melhor: refazer, melhorar o projeto. Com relação à reunião que tivemos hoje pela manhã nesta Casa, por mais de três horas, sobre a problemática, de quase sessenta dias, do lixo na nossa cidade: a Constituição Federal, no artigo setenta, coloca os princípios da Administração Pública: a moralidade, a economicidade, a publicidade, a legalidade e a transparência. O governo municipal está propagando que a economicidade foi o princípio fundamental que o levou a fazer este novo contrato emergencial. Fui buscar informações e, hoje pela manhã, questionei longamente o Executivo. O princípio da economicidade, defendido pelo governo municipal com veemência, caiu por terra no momento em que o representante da empresa declarou que eles têm hoje apenas três caminhões recolhendo o lixo, enquanto deveria ser, no contrato, quatro. Confirmou que dos três caminhões, apenas dois são caminhões-prensa, enquanto que deveria ter, no mínimo, três caminhões. O princípio da economicidade: empresas anteriores, tanto as que tinham processo licitatório, como a Conesul, quanto por contratos emergenciais nos anos posteriores à Conesul, que fez durante cinco anos o recolhimento de lixo, no mínimo três caminhões-prensa. O governo municipal pagava para recolher o lixo, até o dia dezenove de março, cento e oitenta e dois mil seiscentos e oitenta reais por mês, para fazer o recolhimento, transbordo e o destino final. Isso dá um valor de sessenta mil oitocentos e noventa e três reais por caminhão. A partir do dia dezenove de março, pelo novo contrato assinado com a nova empresa, o governo

municipal passou a pagar cento e cinquenta mil reais. Portanto, de cento e oitenta e dois para cento e cinquenta mil, essa é a economia. Só que a empresa coloca dois caminhões-prensa. Fazendo o cálculo por caminhão: a empresa anterior recebia sessenta mil reais; esta está recebendo setenta e cinco. Raciocínio lógico: quinze mil a mais. Com quinze mil a mais, com dois caminhões recolhendo o lixo que era recolhido por três, é inviável. Por isso essa bagunça toda que está do lixo na cidade. É humanamente impossível, mesmo que a empresa tenha um caminhão que prense dezesseis toneladas. O problema não é a quantidade de lixo que cabe num caminhão, o problema é chegar até onde está o lixo e o tempo para recolher o lixo todo, a logística. Com dois caminhões na nossa cidade é impossível fazer. Com três, é possível, era possível e se fazia. Hoje pela manhã, a empresa reconheceu isso. Portanto, durante dois meses o Município pagou setenta e cinco mil reais por cada caminhão, enquanto pagava antes sessenta mil. Esse é o princípio da economicidade! O real é o serviço prestado. Há pouco, seis horas da tarde, recebi uma ligação de moradores da rua na volta do morro após a Universidade de Santa Cruz do Sul–UNISC, no que chamamos de loteamento dos sem-terra. Três semanas sem recolhimento de lixo. E com dois caminhões não vão recolher nunca, nunca vão dar conta. Na resposta ao pedido, o governo me disse que tinha quatro caminhões, e na reunião hoje pela manhã o proprietário da empresa confirmou que tinha três caminhões. Estão hoje operando dois caminhões-prensa e um seletivo. O Vereador Braatz trouxe, hoje pela manhã, o lixo seletivo, porque ele faz a separação, como centenas de jovens, de crianças aprenderam na escola a fazer isso, mas não é recolhido. Segundo divulgado hoje aqui, menos de cinco por cento. Portanto, se dividir cento e cinquenta por três caminhões, se tem cinquenta. Está se pagando cinquenta mil reais para recolher cinco por cento do lixo da cidade, os outros noventa e cinco por cento são recolhidos por dois caminhões. É impossível, por isso esta bagunça toda que está aí. Por isso que nós, hoje pela manhã, firmamos novamente que é necessário, e o Executivo concorda e quer, o Procurador-Geral do Município Elias Bragatto disse, uma Comissão Parlamentar de Inquérito–CPI do Lixo. Vamos tirar a limpo não só a questão atual, mas também o que foi dito por aí a respeito da "máfia do lixo" na nossa cidade. **Vereador Carlos E. de Mello:** Inicialmente, vou fazer uma colocação em cima do que falou o Vereador Kranz, quando disse que o governo está inaugurando assuntos, promessas. Talvez o governo, não sei, não assisti as promessas de campanha, mas quem sabe o discurso foi que "nós vamos inaugurar o Plantão vinte e quatro horas, vamos inaugurar a creche noturna", está cumprida a promessa, foi inaugurado. Recebemos essa semana uma resposta de um pedido de informação que fizemos a respeito dos agentes de saúde, e diversas áreas estão descobertas, interior quase que unânime, muitos bairros da cidade faltam agentes de saúde. Sem sombra de dúvida, é uma grande ajuda à nossa Secretaria Municipal de Saúde–SMS, aos médicos, porque, nas áreas que têm os agentes, muitos problemas eles já levam, antecipam, existe a prevenção da doença. Mas vamos aguardar que em breve seja suprida essa carência. No dia vinte e um de maio, às quatorze horas, seríamos beneficiados mais uma vez, nosso Município, nosso interior, como sempre falamos, e é uma verdade, nosso maior produtor de bergamota do Estado do Rio Grande do Sul, Montenegro, a grande Abertura da

Safra de Citrus, na propriedade do Senhor Pilger, na Costa da Serra, na próxima terça-feira. E nós estamos na expectativa, meu colega, Vereador Ari, da indicação que fizemos em janeiro para a contratação de um Engenheiro Agrônomo para ajudar nossos produtores, para a exportação da nossa bergamota para outros estados. Para a bergamota Caí, se for contratado, já não dá mais, já passou, então, talvez para a Montenegrina, mas tem que agilizar. Pena! Quatro meses, no quinto mês já poderíamos ter esse profissional trabalhando na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural–SMDR, tem Veterinário, mas não tem Engenheiro Agrônomo. Também vimos entrar na Casa hoje a contratação de mais médicos, e precisa, sem sombra de dúvida; já aprovamos quantos médicos, quantos profissionais para a SMS, e nossa agricultura continua carente. Há três anos tivemos uma emenda, do nosso Deputado Afonso Hamm, onde foi adquirido um caminhão para a SMDR, que hoje está trabalhando muito bem, o motorista Evaldo está contente, está feliz com o caminhão novo e com a vontade que ele tem de trabalhar, o grande profissional que é, com certeza o serviço está rendendo bastante. E o nosso Deputado da agricultura, Afonso Hamm, nos enviou um ofício, também para o Executivo, destinando mais uma emenda de duzentos mil reais para a agricultura de Montenegro, para aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada. Estivemos ontem conversando com um setor da Prefeitura para ver sobre o assunto, a Prefeitura também recebeu esse ofício. Na ideia do governo, era para ser para aquisição de um caminhão. Eu não sabia, mantém uma máquina chamada de grua, um caminhão para carregar lenha, fiquei surpreso, que a proposta do governo é a aquisição deste caminhão. Não sei se vai ter muita utilidade na nossa agricultura, mas vamos conversar. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é deliberativo, precisa ter aprovação do Conselho, o Ministério da Agricultura exige quando é emenda parlamentar, vem dinheiro de Brasília, precisa uma série de coisas, tem que provar o porquê, o que esse caminhão, esse maquinário vai dar de retorno de recurso para o Município. *Em aparte, o Vereador Ari Müller:* Segundo estou sabendo, essa emenda do Deputado Afonso Hamm, esse recurso seria para adquirir uma máquina para polir frutas, ao menos foi a informação que recebi da Associação dos Fruticultores, que o Deputado teria conseguido ter uma contrapartida do Município, conseguido um dinheiro para a instalação dessa máquina, uma máquina eletrônica de última geração e não patrulha agrícola. Essa foi a informação que recebi do Stoffel, do João Schmidt e do Márcio Mello. *O orador retoma a palavra:* Talvez seja outra, Vereador Ari. Aqui está: "Visando o fomento do setor agropecuário através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destinado recurso de duzentos mil reais para aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada", é o que diz e esse mesmo ofício está no Executivo também. Mas que venha, vamos aplicar muito bem e pelo que se sabe esse recurso será liberado este ano. Tenho dito que política é mais ou menos como futebol, temos grandes amigos, mas, daqui a pouco, domingo temos um jogo e vamos jogar contra, e eu com certeza vou usar bem a minha camisa, vou ser grande adversário, e a política não é diferente. Durante a campanha, cada um vai defender o seu time; mas terminou a eleição, vamos trabalhar. Está aí a prova do Partido Progressista–PP, tivemos uma derrota, o nosso candidato a prefeito perdeu a eleição por cinquenta e seis votos, mas

estamos destinando recursos para o governo municipal. É a comunidade que precisa ser beneficiada, precisa ganhar independentemente do que está acontecendo. Aqui discutimos, brigamos, cada um defende sua parte, seu direito, seu partido, sua cor, seu time. Sou colorado, estou muito feliz hoje, que meu time já fez sua parte ontem. Ficamos felizes quando acontecem algumas coisas boas, mas tem muita coisa para melhorar, vamos acreditar e vamos torcer para que tenhamos, e vamos ter uma grande safra de citrus este ano, não em produção, em quantidade, mas em qualidade, e torcer para que não dê algumas intempéries, que o nosso Papai do Céu nos ajude, para que o nosso produtor se defenda para abater algumas perdas de alguns anos atrás. **Vereadora Rosemari Almeida:** Inicio com uma indicação que voltei a fazer neste mandato, e já fui autora dela em dois mil e nove, mas tenho que retomar este assunto. Lembrei-me deste assunto, novamente, na sexta-feira, no último dia dez, quando era a data aprazada para o pagamento da primeira parcela do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana–IPTU dos contribuintes que optaram por não pagar na cota única, normalmente, por dificuldades financeiras, aproveitando o parcelamento. Em dois mil e nove, nesta Tribuna, fiz uma indicação, que não foi acatada na época pelo Senhor Prefeito, e eu voltei com a mesma indicação esperando que o atual Prefeito Paulo Azeredo analise com muito carinho. Já temos uma Lei n.º 4.010/03, que, no Código Tributário do Município, isenta do pagamento do imposto, do IPTU, "prédio que constitua propriedade única de aposentado e/ou pensionista utilizada exclusivamente como residência própria e cujo valor venal não seja superior a trinta mil Unidades de Referência Municipal–URMs". Naquela época, já aproveitei esse "gancho" no Código Tributário e pedi que essa mesma concessão de isenção de IPTU fosse estendida aos proprietários de imóveis que tenham sob seu teto pessoa com deficiência, mediante apresentação de atestado médico que comprove a situação. Entendo justo que estendamos as mãos a essas famílias, pois a Lei Federal n.º 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional de Integração para Pessoa Portadora de Deficiência, em seu artigo segundo, diz que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância, à maternidade e de outros que decorrentes da Constituição e das Leis propicie o seu bem-estar social e econômico. Queremos que venha um projeto de lei à esta Casa, que tenho certeza do apoio de todos os meus colegas Vereadores, propondo essa isenção, que sabemos das necessidades que as famílias têm de bem atender àquelas pessoas portadoras de alguma deficiência. Com certeza, essa ação será bem recebida por essas famílias. Isso é inclusão social, isso é olhar com olhos especiais para aquelas pessoas que nós temos que incluir, e sabemos da necessidade a cada final de mês, o que representa a atenção, o básico, o que demanda tudo isso. Espero que essa indicação seja agora acolhida. Em dois mil e nove, fi-la, mas não vou cansar de fazê-la porque quero uma resposta positiva para esta atitude de inclusão social, porque o projeto não pode partir desta Casa. Nós pudemos usar essa ferramenta, como fez o Vereador Renato, de encaminhar uma indicação, com o anteprojeto pronto, que o Executivo tem que mandar para nós. Se pudesse ser iniciativa nossa, com certeza estaria aprovado, e há muito tempo. Usamos as ferramentas que

temos e vamos continuar trabalhando para isso. Também tenho que falar de inauguração de ideias. Os Vereadores que me antecederam inauguraram ideias, e a ideia é muito boa; só que foi inaugurada uma ideia morta, nem chegou a nascer, segundo Ernesto Arno Lauer, uma pessoa que respeito muito, um dos maiores conhecimentos da área de infância e juventude, Promotor aposentado do Município, e que, com base no que o jornalista Márcio Reinheimer estampa em sua coluna Cenário Político, do Jornal Ibiá, edição onze e doze de dois mil e treze: "A Administração Municipal explica que o atendimento noturno às crianças junto à Escola Esperança não deve ser considerado uma creche e nem uma escola de Educação Infantil, pois não terá caráter pedagógico, será um abrigo para filhos de trabalhadores que labutam à noite, é a transgenia na política". Assim postou numa rede social o conceituado conhecedor Ernesto Lauer: "Não sei a questão de transgenia política ou eugenia conceitual, está se criando uma nova classe ou casta de crianças, crianças de pais notívagos. Como comprovar que os pais trabalham à noite? Pela carteira de trabalho? Como fica a prostituta, já que seu trabalho é socialmente aceito? Ela não tem carteira de trabalho. Não muito tempo atrás, o Lar do Menor só recebia crianças cujos pais trabalhassem durante o dia, inclusive a patroa tinha que assinar um documento atestando que a mãe era sua empregada doméstica, na ausência de carteira assinada. O Lar do Menor foi proibido de agir assim, por se tratar de uma forma de discriminação, isso não existe mais. A iniciativa do Prefeito Paulo Azeredo é louvável, infelizmente, inviável assim como pretende. A infância e a juventude é o meu mundo, por isso estou escrevendo. Criança fora da família natural deve estar protegida por uma medida ou inserida em algum programa, público ou privado, por força de decisão da autoridade competente, Conselho Tutelar ou Vara da Infância e da Juventude, artigo noventa e oito e seguintes do Estatuto. 'Abrigar é institucionalizar' e, ao que parece, o Conselho Tutelar não foi ouvido. A criação de um programa, o caminho legal para a situação, antes deve passar pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente–COMCRAD, a quem compete traçar a política montenegrina envolvendo crianças e adolescentes. Depois, deve ser submetido ao crivo do Legislativo, principalmente, porque gerará despesa e uma despesa somente se conceituará como pública se for prevista em lei orçamentária, aprovada pela Câmara de Vereadores. Existe outro caminho, uma parceria público-privada, se uma empresa trabalha em turnos, necessitando de mão de obra de pais com filhos, deve manter uma creche, isto é da lei trabalhista. Se não o faz, então que faça uma parceria com o Poder Público, criando, estruturando e mantendo com o dinheiro público e privado uma boa estrutura para que crianças não fiquem sozinhas no horário noturno, sejam devidamente aparadas, e lugar próprio e adequado segundo as normas legais. Infelizmente, assim como está, a iniciativa já nasceu morta." Dois caminhos nós temos: ou através de parceria, ou um programa específico. Agora, não é mais permitido criar um local e ali dizer que lá irão só crianças que comprovadamente a mãe trabalhe fora, isso não existe mais, isso é discriminação, é discriminar. Então, que pena, a ideia é ótima, criou uma expectativa nos moradores da Esperança, com certeza, mas tem que se ter muito cuidado, inaugurar uma ideia que já nasceu morta, que não estava correta, tem que haver um planejamento das coisas. *Em aparte, o Vereador Renato Kranz:* O

nosso anteprojeto, a indicação que estamos fazendo, é para ajudar o governo nessa linha de raciocínio, de que é possível sim fazer o atendimento, mas que seja dentro da legalidade. O que o governo está propondo é completamente ilegal, isso fere o Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA, e o abrigamento só é permitido, já dissemos isso aqui, está bem claro, mediante ordem judicial e não é o caso. Acho que o debate que estamos fazendo aqui só vai contribuir para que o governo entenda que, da forma que ele fez, a ideia não pode, não vale, a ideia nasceu morta, como diz o Ernesto Lauer. *A oradora retoma a palavra:* Esses são os caminhos, o Senhor trouxe uma maneira, Ernesto Lauer indicou outro caminho, essa é a nossa função de Vereadores e pessoas da comunidade que se manifestam. Queremos sim, mas que seja de uma forma legal, uma forma correta, e que não se lance ideias daquilo que não é viável, se cria expectativas. A ideia é louvável, mas que se ache o caminho certo para tal. **Vereador Marcos Gehlen:** Queria abordar, na noite de hoje, apenas um tema. Primeiro, pela eloquência dos nobres Vereadores, a diversidade de assuntos que são sempre abordados na Casa. Então, todos têm muito o que falar. Também poderíamos fazer uma rápida análise de conjuntura em nível federal, estadual, trazendo para dentro do Município, porque o momento é até oportuno, uma vez que olhamos de forma muito preocupada o nosso Município andando na contramão dos fatos, da história. O Vereador Renato abordou com muita sabedoria a questão do que o governo federal tem feito pelo Brasil, sobretudo, com relação à transferência de renda aos mais necessitados, como o Bolsa Família, onde as crianças têm que estar na escola para a família receber o benefício. Aqui, temos falta de escola, dos incentivos. Aproveito para louvar sua indicação que, de fato, deve ser muito bem analisada, debatida, porque, voltando para a questão do governo federal, sem fazer análise de conjuntura, deixar para reflexão de todos uma frase emblemática que há dois dias o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva disse, num encontro em Porto Alegre, de avaliação dos últimos dez anos do governo do Parto dos Trabalhadores–PT: "Imaginem o Brasil dos últimos dez anos sem o governo do PT." É algo que nós, hoje, não conseguimos conceber, justamente pelas políticas sociais implementadas neste país que dão exemplo ao mundo e este olha para o Brasil com a vontade de imitar, mas é uma receita caseira, um pouco difícil de ser implementada. Em nível estadual, afora todos os problemas que enfrentamos, as críticas que são pertinentes, mas aqui no nosso Município, por exemplo, com toda a problemática das escolas que recebemos de herança, temos quatro recebendo obras. Quem esteve no último sábado no "Viva Bairro", no bairro Santo Antônio, pôde ver uma belíssima quadra de esportes, iluminada, cercada, pavimentação fantástica, com recursos do governo do Estado. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Januário Corrêa, que foi notícia até em rede de televisão estadual, está em vias de conclusão. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Álvaro de Moraes também com a obra já em andamento. Nossa vizinha, Escola Estadual de Ensino Fundamental Aurélio Porto, quase concluída. Ou seja, rapidamente citamos quatro escolas do nosso Município recebendo o aporte, a atenção do governo do Estado. Aqui, na presença do Carlos Batista da Silveira, o que o governo do Estado fez a partir de uma articulação, de um brilhante trabalho do Carlos Batista no Hospital Montenegro-HM, transformado em cem por cento Sistema Único de Saúde–SUS e

agora orçamentado pelo governo do Estado. Disse que queria falar só de um assunto, mas, Vereador Naná, preciso falar de dois, porque entro com um requerimento de reunião para tratar da problemática, até não tinha conhecimento que Senhor fez um pedido de informação, senão poderíamos ter conversado. Presidenta, o que tem sido as atividades nesta Casa! O que se tem trabalhado nesta Câmara de Vereadores é algo fantástico. Diariamente, manhã e tarde, reuniões, discussões, comissões, tudo acontecendo. Que coisa boa, Presidenta. É isso que a gente espera de um Poder Legislativo atuante, como é o nosso. Vereador Naná, estou fazendo requerimento para tratar da problemática dos Agentes Comunitários de Saúde, que é um assunto recorrente. Já, na legislatura passada, quantas reuniões fizemos nesta Casa, requeridas pelos mais diversos Vereadores, sempre com aquele foco: a necessidade é de sessenta agentes comunitários de saúde e sempre ficamos na casa dos trinta, vinte e oito, trinta e dois, não conseguimos avançar. Inclusive, tem uma ação no Ministério Público do Trabalho, em Porto Alegre, com relação aos Agentes Comunitários de Saúde, que passaram e tiveram problemas com a questão do seu recebimento. Queremos saber, porque parece que a novela se repete. Conversei com alguns Agentes e parece que o repasse do governo do Estado – não posso afirmar, por isso o requerimento de reunião, para sabermos o que de fato está acontecendo – é de uma monta e o que está se repassando aos Agentes é outro valor. Isso é grave. Temos o dever de saber o que está acontecendo e traçar estratégias para sanar esse problema e não criarmos problemas jurídicos futuros, também sanar esse déficit de atendimento dos Agentes. O que queria falar na noite de hoje é sobre um tema que também tenho trabalhado há mais de oito anos, desde os idos de dois mil e cinco, quando entrei pela primeira vez no Conselho Tutelar, e que se perpetua, que é a falta de vagas na Educação Infantil, a demanda reprimida. Lá pelos anos de dois mil e seis ou sete, foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta–TAC com o Município. *Em aparte, o Vereador Renato Kranz:* Foi em dois mil e quatro, no governo de Ivan Jacob Zimmer. *O orador retoma a palavra:* Lembro que eu já era Conselheiro Tutelar, então, de dois mil e cinco para frente foi cumprido o TAC e, na oportunidade, algumas escolas de Educação Infantil foram ampliadas, construídas. Conseguimos chegar a um número quase zero, com relação a esse déficit, mas de lá para cá de novo a demanda cresce. Temos falado insistentemente desse tema, chamado reuniões na legislatura passada, e a última reunião que tivemos com o Secretário Municipal de Educação e Cultura Luís Américo Alves Aldana, está registrado na Casa, onde ele fala de um número de setecentos crianças aguardando uma vaga na Educação Infantil. De lá par cá, nada foi feito. Destacar aqui, Vereadora Rose, o fantástico discernimento do doutor Ernesto Lauer que aponta os caminhos. Nós conhecemos esses caminhos, inclusive nos valemos disso no passado. Não sei se o Senhor vai lembrar, mas na sua intervenção como Secretário Municipal de Educação, Vereador Renato, e eu no Conselho Tutelar, usávamos a ferramenta do artigo cento e trinta e seis, inciso quatro, alínea "b", do ECA, que fala em representar judicialmente à autoridade judiciária, direto o Conselho Tutelar, por descumprimento das suas deliberações, que era a requisição de vaga em creche. Colocamos com essa ferramenta mais de duzentas crianças na Educação Infantil. Estamos reunindo elementos, já estamos

com isso praticamente pronto, o nosso gabinete, porque são muitas reuniões, repito, e a solução não vem. Estamos encaminhando ao Ministério Público e sugerindo a instauração de um novo TAC para que o Município diga em quanto tempo e como vai se desenhar esse percurso, essa demanda reprimida será solucionada. Isso não é um favor, isso é lei! Preocupa-me muito mais quando vejo, por exemplo, que hoje, infelizmente, o Conselho Tutelar está de mãos atadas. O Ministério Público já se sente de mãos atadas e até o Poder Judiciário se sente de mãos atadas. Estive conversando pessoalmente com a Juíza Deise Fabiana Lange Vicente, da Vara da Infância e Juventude de Montenegro, e ela me disse: "Vereador, estamos encaminhando essa demanda para a Defensoria Pública e lá estão dizendo que já tem dois expedientes instaurados e tem que aguardar aqueles para instaurar outros." Ou seja, só tem dois caminhos: ou constrói ou uma Parceria Público-Privada–PPP, funciona. E a partir de um TAC teríamos um prazo definido para isso. Vamos provocar o Ministério Público nesse sentido para que o Município possa dizer, para este povo que aguarda, em quanto tempo pensa em resolver essa situação. Não é mais aceitável que nós fiquemos atônitos assistindo, vendo as pessoas, muitas delas chorando, por não terem o seu direito atendido e simplesmente dizer que não tem vaga: "o senhor vai ter que esperar um ano, seis meses, ou, quem sabe, falar com a pessoa certa, na hora certa, para que isso possa acontecer." Vamos seguir esta luta, provocar o Ministério Público e contribuir naquilo que for possível. **Vereador Dorivaldo da Silva:** Gostaria de falar de um trabalho que iniciou hoje na grande Timbaúva, já lutei da outra vez, e desta vez, outros Vereadores vem lutando, que é a rua Campos Neto, começou hoje o asfalto, a comunidade está bastante contente. Era um trabalho que já vinha há tempo se arrastando e pedindo, já era para ter começado em janeiro e a comunidade estava muito ansiosa, deu alguns problemas, tinha que colocar algumas caixas, alguns cordões, mas começaram hoje e é uma felicidade muito grande estar falando também de um trabalho que está sendo executado. Mas, o que me traz a essa Tribuna, Senhora Presidenta, gostaria de falar um pouquinho sobre a reunião de sexta-feira, que a Senhora convocou, para tratar do Banco de Materiais, estou até hoje arrasado e sentido, muito sentido, com o meu colega Roberto Braatz. Parece que agora o Senhor se acostumou a olhar para os seus colegas e chamar de "irresponsável". Fiquei magoado por essa palavra que o Senhor falou, não pelas coisas que foram faladas ali, vão ser esclarecidas, que, com certeza, o Senhor cometeu até uma calúnia contra a minha pessoa, porque é um desrespeito tamanho. Estive quatro anos com o Senhor aqui nesta Casa, nunca te desrespeitei dessa maneira, o Senhor olhar para mim, meter o dedo, chamar várias vezes um pai de família como eu, honesto, trabalhador, humilde e que mesmo sem muito estudo, tenho respeito pelas pessoas. Não é de hoje que o Senhor vem me perseguindo. Olha o que o Senhor fez para o nosso colega, com a nossa Administração, o que o Senhor está fazendo, não sei aonde o Senhor quer chegar. Fiquei muito triste porque me desaforou, isso é desaforo, chamar um homem de irresponsável, sabendo que pode ser uma injúria. Eu jamais me dobraria ou deixaria de dar uma informação. Até falei uma frase, falei de "pedra podre", isso nem existe. Realmente ouve um deslize, uma carga de pedra que veio, umas pedras meio arenosas, que a arquiteta Letícia, na época, levei ao conhecimento

dela e foi substituído, mas não foi muito. É que o Senhor não me deixou falar, quando falei em "pedra podre" o Senhor já começou a me acusar, fez aquele "griteiro". E eu confesso, acho que os Vereadores viram, fiquei sem fala, fiquei com as pernas trêmulas, não sei o que me deu na hora e não pude nem me defender. Mas Deus é justo, e eu perdoo o Senhor pelo que me fez, mas meça as palavras para dizer para um pai de família ou para um colega de partido. Eu acho que essas acusações, ou o que me fez, o Senhor não tem moral para dizer isso, porque também teve as suas coisas no passado, já vi várias vezes os colegas e gente falar que o Senhor foi vice-prefeito e se afastou de lá. O Senhor poderia ter se afastado, fez o requerimento da nossa reunião para levar ao conhecimento do Ministério Público, a sua ação é bem pior, porque o Senhor é advogado e conhece a lei. O vice-prefeito tem que ter algum trabalho para fazer para receber, e o Senhor recebeu quieto. Então acho que isso também é caso de Ministério Público, sou leigo no assunto, mas isso é grave. Então, o cara tem que ter moral, quem tem telhado de vidro não deve atirar pedra para cima. E fiquei bastante triste com o depoimento que colocaram aqui, "Vereador Dorinho não teme o Ministério Público". Por favor, não façam injustiça, jamais vou desrespeitar o Ministério Público. O Ministério Público foi o órgão, que eu quero parabenizar, que acompanhou a obra, esteve no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social–PSH, o Promotor Thomás olhou, cobrou, o Ministério Público tem sido um grande parceiro, não só no PSH, em vários setores tem agido, cobrando. Quero dizer que eu não poderia dizer que tenho medo do Ministério Público, sou um cidadão, não sou um bandido, mas eu não disse nesses termos, parece ali que eu estava afrontando o Ministério Público nessa frase que colocaram no jornal. Fiquei sentido com o acontecido. Não é para me exibir, não tenho mágoa nenhuma, eu lhe perdoo pelas coisas que o Senhor Vereador Braatz falou. Tenho seis filhos, criei dentro da Esperança, com muito orgulho, mas nunca passei por uma humilhação como o senhor me fez passar na frente dos colegas. **Vereador Márcio Müller:** A minha exposição de hoje é referente ao HM, aproveitando a oportunidade do Diretor Carlos Batista da Silveira estar aqui, quero cumprimentá-lo pela sua exposição naquela reunião que fizemos dias atrás, onde esclareceu muitas questões para os Vereadores. Sempre ouvi falar que o HM estava mal! Nasci dentro do HM, desde aquela época já ouvia que o HM estava mal, mas, graças a Deus, a partir da sua entrada no HM, as coisas mudaram, existem outros ventos, até lhe falei que bom que o PT perdeu em Gravataí, nós ganhamos uma pessoa qualificada para dirigir o HM. E o Senhor pode contar comigo, se um dia quiserem lhe tirar de dentro do HM, pode contar comigo, do Partido Trabalhista Brasileiro–PTB, que vou estar lá para lhe defender. Ouvi muitas pessoas falarem durante a campanha e até antes da campanha, "para que injetar dinheiro no HM, prestigiar uma pessoa que é do PT?". Infelizmente, existe isso ainda. Se um dia eu fosse Prefeito da cidade, certamente eu teria secretários de todos os partidos, iria pegar o melhor de todos os partidos, para fazer o melhor para a nossa cidade. Mas, infelizmente, a política é isso, às vezes se coloca alguém que é do partido e não corresponde às expectativas do povo, não consegue fazer aquilo que o povo espera, que o povo merece. Fizemos aqui, Carlos Batista, um pedido de informação referente à Unidade de Pronto Atendimento–UPA, que o Senhor comentou, que a UPA deveria ser construída lá na Timbaúva. Não sei se o

Prefeito vai querer construir na Timbaúva ou no Santo Antônio. Isso nos deixa preocupados, porque já vieram cento e quarenta mil reais do governo federal para a UPA, já estão empenhados, não sei há quanto tempo, e no pedido de informação respondido foi dito que não tem previsão do início das obras. Então, nós estamos no escuro com relação a UPA, e o Senhor disse que é muito importante termos a UPA lá na Timbaúva e o HM funcionando bem aqui no Centro da cidade, daria atendimento para a população de lá e a população de cá ficaria servida com o HM. Pois bem, existe a possibilidade também, Senhor Carlos Baptista, pelo que se vê, pelo que ouvi falar, que o Plantão vinte e quatro horas vai ser colocado, inclusive, com retirada de verba do HM, que a UPA vai ser construída em outro local. Isso causou muita preocupação e os Vereadores fizeram um requerimento que vai ser votado hoje, requerendo uma reunião com o Executivo, propriamente com a Secretária Municipal da Saúde, Eloci Garcia Rocha da Rosa; com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, a Senhora Eunice Maria Fabrazil, e com o Senhor Diretor do HM, para discutirmos essa possibilidade de abrir o Plantão vinte e quatro horas e não retirar dinheiro nenhum do HM, onde fazer a UPA e começar imediatamente. Essa é uma preocupação de sete Vereadores que assinaram o requerimento e vamos promover essa reunião. Talvez queiram retirar dinheiro do HM, porque o senhor é do PT, daqui alguns dias é candidato a Prefeito pelo PT e acaba se elegendo, com o grande trabalho que está fazendo no HM. Então, os parabéns deste Vereador para o Senhor, continue assim, vai ter apoio sempre da Câmara de Vereadores e em breve a gente vai se encontrar em uma reunião. Referente à reunião do lixo, hoje de manhã, da criação de CPI, Vereador Renato: devemos aguardar os documentos que eles vão enviar para nós, para depois nos manifestarmos a esse respeito. Faz dois meses que a empresa do lixo, a empresa nova, está recolhendo o lixo e ainda não está recolhendo certo, e disseram que daqui a dez dias vai normalizar o assunto. Então, quem sabe, início de junho. E o "sujeito" ainda diz que se cada Vereador indicasse um gari estaria resolvido o problema do lixo, como se fosse um problema de indicação, talvez quisesse comprar a gente pela indicação de um gari. É tão falado esse problema de Montenegro não ter emprego, que as pessoas têm que ir lá para Garibaldi, para Teutônia trabalhar nos frigoríficos, para tudo que é lugar, mas estão trazendo até motorista de Taquara. Será que não tem motorista em Montenegro adequado para colocar nos caminhões? Trouxeram gari de Taquara. Tanto se fala que é para parar de os nossos trabalhadores irem para fora e estão trazendo de fora para cá. *Em aparte, o Vereador Ari Müller:* Acho que esse fato foi bem esclarecido, o porquê estão trazendo de fora. Ele disse o que estava acontecendo aqui, o que alguns garis estavam fazendo, inclusive apresentou registro de ocorrência do que aconteceu com os caminhões. Quando ele disse que trouxe alguns para mesclar junto para o melhor andamento, acho que foi bem esclarecido, a posição dele foi louvável em tentar aproveitar os garis da outra empresa para não serem mais desempregados. Só que, pelo vínculo que têm, ele dizendo que ouve vários boicotes, a essa altura se tivessem trocado todos talvez tivesse sido melhor. *O orador retoma a palavra:* Se estão trazendo de fora é porque não tem motorista aqui, e vamos dizer assim, se estão trazendo gari e motorista de fora, se estão fazendo boicote com os daqui, isso é problema deles, não é da Administração, eles

vieram aqui, venceram a licitação, tem que botar quatro caminhões, colocaram dois prensa e dois abertos para recolher lixo reciclável. Aí, falam que é cinco por cento da cidade que recicla lixo, nem os cinco por cento conseguem arrecadar, então fica complicado. Mas vamos esperar, daqui a dez dias, início de junho, para que normalize o lixo de uma vez por todas. Quero destacar também a tua atuação, Vereador Braatz, frente à condução dos trabalhos hoje pela manhã, atuação firme. Tu sempre foste o "Joãozinho do passo certo". Desde a minha época da primeira eleição, muitos vereadores te chamavam de "Joãozinho do passo certo" e quero te parabenizar pela atuação forte, nem parece que tu és da bancada do Partido Democrático Trabalhista–PDT, do governo, mas eu admiro teu trabalho. Vou dizer como teu colega, já te disse uma vez na rua, que talvez um dia ainda votaria no Senhor. Talvez um dia ainda vote. A tua atuação na bancada do PDT não é fácil, mas digo: continua sendo o "Joãozinho do passo certo", muita gente te admira por isso. *Encerrada a Hora dos Oradores, a Presidenta determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada:* 1. *Pedido de Informação n.º 109/13, do Vereador Renato Kranz*: Quanto à contratação de horas máquinas para atender os produtores rurais, pergunto: foi aberto processo licitatório para contratação de hora máquina? Se foi, quantas horas estão previstas e quais os equipamentos a serem contratados para realização desses serviços? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Isto é um problema crônico, não é de hoje, a falta de equipamentos para a agricultura, e às vezes melhora, depois fica pior; mas o governo passado deixou no Orçamento, que foi aprovado por esta Casa, o valor de duzentos mil reais. Se fizermos uma conta muito simples, a hora/máquina da retroescavadeira em torno de sessenta reais, teríamos mais de três mil horas/máquina, Vereador Naná. O Senhor também abordou este assunto, da falta de máquinas, mas temos o recurso no Orçamento. Por isso, estou perguntando ao governo municipal se abriu o processo licitatório, e, se abriu o processo licitatório, ele não vai conseguir gastar esse dinheiro, a não ser que coloque quatro ou cinco retroescavadeiras para trabalhar até o final do ano para cumprir as três mil horas, trabalhando, no mínimo, vinte e dois dias por mês, se pegarmos de junho em diante. E temos os dias de chuva. Então, é um dinheiro que, mesmo licitado, não será gasto este ano todo, a não ser que contrate outras máquinas num valor hora/máquina maior, como carregadeira, motoniveladora, caminhões. É importante que o governo se mobilize porque, até o presente momento, acompanho todos os dias os jornais para ver se estão os editais de licitação e não consigo enxergar um edital de licitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias–LDO. Temos que começar a cutucar o governo, dizer: "E afinal, quando é que começarás a governar?", e governar também significa licitar, contratar, cumprir o Orçamento. E todos nós sabemos que um governo que não cumpre o Orçamento, as metas, o Tribunal de Contas vem e vai apontar "Por que tu não cumpriste a meta? O que tu fizeste? Por que tu não fizeste?" Temos que ajudar o governo e no momento em que estamos perguntando, querendo saber, nós também estamos dizendo ao governo: "acorda!" Está na hora de começar a governar. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 2. *Pedido de Informação n.º 110/13, do Vereador Marcos Gehlen*: Conforme informação contida no Ofício n.º 313/13-GP, em resposta ao Pedido de Informação

n.º 077/13, pergunto: existe previsão de formatação de projeto de lei ou envio de tal a esta Casa para análise? Para quando? *Em discussão, o Vereador Marcos Gehlen:* Trata-se da questão do difícil acesso aos funcionários do Município, assistentes de escola que não estão recebendo e, segundo a resposta ao pedido de informação que fiz, há interesse da Administração em conceder. Então, queremos saber se já existe uma minuta, um anteprojeto, e qual é a previsão de tempo para o envio desse projeto para a Casa para análise, porque as pessoas estão aguardando, são pessoas do padrão um, o que quer dizer que é um auxílio importantíssimo para a sua movimentação. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 3. *Pedido de Informação n.º 111/13, do Vereador Marcos Gehlen*: Quantos profissionais, entre funcionários e CC's, atuam atualmente na Assessoria de Comunicação (Acom) na Administração Municipal? Citar nomes, funções e horário de trabalho. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 4. *Pedido de Informação n.º 112/13, do Vereador Renato Kranz*: Quanto ao aterro colocado na área de domínio do DAER, junto ao portão quatro do Parque Centenário, pergunto: Quem executou a movimentação do solo e o transporte do material? Foram veículos da Prefeitura ou da empresa doadora? Quem autorizou e qual a origem do solo? Encaminhar cópia da licença ambiental. Se licenciado, encaminhar cópias do projeto técnico elaborado por geólogo ou engenheiro civil, do parecer técnico deste assinado por geólogo ou engenheiro civil, e de todas as ART's do CREA. *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* É o terceiro pedido de informação que faço a respeito desse assunto. Nenhum dos dois anteriores foi satisfatório. Estou indo de forma mais profunda na questão da movimentação de solo. A lei ambiental é muito clara. Para você retirar solo, bem mineral, de um local e levá-lo para outro, você precisa ter uma licença ambiental. Quem concedeu essa licença? Quero ver um projeto, quero ver a assinatura de um geólogo, porque você está movimentando terra. Além de toda a questão que até hoje não foi respondida, que foi aterrada uma área de domínio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem–DAER, não é do Município. O governo respondeu o pedido anterior que fiz de que, quando foi feita a rótula de acesso ao bairro Cinco de Maio, também foi feita movimentação de terra. Mas todos os Vereadores desta casa que eram daquela época sabem muito bem que um passou por este Poder, um projeto de lei autorizando o Executivo a firmar convênio com o DAER para poder colocar aterro, movimentar a terra e colocar naquele espaço, pois aquele espaço é de domínio do DAER. Nesse caso, a RS 287, portão quatro do Parque Centenário, não passou por esta Casa absolutamente nada que autorizasse e que o governo firmasse um convênio. Por isso, sempre perguntamos: onde está o convênio? Nunca apareceu o convênio. Então, me parece ser bastante grave e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e isso é improbidade administrativa, e nós vamos a fundo nisso porque queremos saber. Não somos contra a obra; somos contra a forma em que foi feita, forma equivocada, e que pode trazer um prejuízo muito grande, do ponto de vista legal, para o Município. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 5. *Requerimento n.º 63/13, dos Vereadores Renato Kranz, Rosemari Almeida, Marcos Gehlen, Gustavo Zanatta, Roberto Braatz, Carlos E. de Mello e Márcio Müller:* Agendamento de reunião para tratar da implantação do Plantão vinte e quatro horas junto a Secretaria Municipal

de Saúde. *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Saiu uma reportagem no Jornal Ibiá de que o Prefeito, para implantar um plantão vinte e quatro horas junto ao prédio onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde–SMS, precisaria de recursos que estão destinados ao Hospital. Aqui, nesta Casa, com a presença do Diretor do HM Carlos Batista da Silveira, ficou muito clara a situação hoje do HM, bem diferente daquela de alguns anos atrás, e que é necessário sim manter o plantão no HM. Teremos, na verdade, dois plantões. Nessa semana, o Carlos Batista também falava disso na Rádio América. Então, teremos dois plantões à noite: um lá na SMS, talvez para dar aspirina, buscopan, um atestado médico. E aquilo que vai precisar, ambulatório, raio x, vai vir para o HM também. A pessoa será atendida duas vezes: vai dar entrada na SMS e, depois, deverá ser trazida de ambulância para o HM para os procedimentos que são necessários. Será que isso é necessário? Como é que isso será processado, como vamos fazer isso? Não somos contra o Plantão vinte e quatro horas. Queremos saber o que será feito lá, como será feito, que recursos serão usados, quanto irá gastar, quantas pessoas serão atendidas. Carlos Batista nos disse que Montenegro tem um número mais ou menos igual de pessoas por mês que são atendidas no plantão. Essas pessoas serão todas atendidas no Plantão vinte e quatro horas? O Hospital irá atender só os municípios ao redor? Qual o custo por paciente hoje no Hospital que atende no Pronto Atendimento e qual será o custo por paciente na SMS? Temos que debater isso. Por isso essa reunião é oportuna, necessária e parabenizo meus colegas vereadores que assinaram, pois essa reunião irá esclarecer muita coisa em benefício da nossa comunidade e do erário público. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** *Terminada a Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais.* **Vereador Roberto Braatz:** Começo pelo Vereador Dorinho que me citou. Fico contente que o Senhor me cite porque, afinal, o Senhor se lembra de mim. Pior é quando não se lembram da gente. O Senhor disse que na reunião eu não o deixei falar, tremeu as pernas, perdeu os sentidos, algo assim. Vereador, não fui eu quem o entrevistou na saída da Sala de Reuniões, foi o pessoal da JP TV, e lá estava o Senhor e o repórter, e não estava presente o Vereador. E o que o Senhor disse? O mesmo que o Senhor tinha dito na Sala de Reuniões, que o Senhor era um "Diretor no papel", "um Diretor de papel". Não fui eu quem disse, nem insinuei, foi o Senhor que afirmou. Aliás, muito grave a sua afirmação, um Diretor de Habitação no papel, numa área extremamente importante. Não estou inventando, o Senhor disse isso. Então, o Senhor tem que assumir. O Senhor citou Deus. Deus está sempre nos iluminando. Cabe a nós seguir as suas luzes. Agora, vou lhe dar um conselho, não siga pajé porque seguindo pajé dá pajelança: pajé com lambança dá pajelança. O Senhor foi orientado a dizer o que disse aqui na Tribuna e aí dá pajelança. O Senhor falou coisas indevidas, dizendo que eu teria lhe induzido a cometer o erro. Não, na reunião o Senhor disse uma coisa, lá fora, só o Senhor – e este singelo e humilde Vereador, porque eu sim sou humilde Vereador, reconheço meus erros, este Vereador não estava presente –, a câmera e o repórter, só vocês dois, eu estava completamente distante do Senhor. Então, Vereador, por favor: assuma os seus deveres e não ponha a culpa nos outros. O Senhor tinha todo o conhecimento que o material era ruim, o Senhor mesmo disse. O Senhor afirmou na Sala de Reuniões

sem eu falar nada, depois que lhe chamei de irresponsável, pelas suas afirmações, e o Senhor é irresponsável sim. Daí o Senhor foi lá e repetiu o que tinha dito na Sala de Reuniões para o repórter, quando estava só o Senhor. O Senhor tem que ter respeito com os seus colegas Vereadores. Aqui eu só falo a verdade, pode doer, mas é a verdade. Não fico botando palavras na boca dos outros. Cuide, portanto. O Senhor fica seguindo uns pajés e dá pajelança; siga Deus, o senhor será iluminado sim, basta seguir essas luzes. Mas de pajé, ainda mais pajé robusto, não vai dar certo, vai dar confusão, vai piorar a sua situação. Melhor ficar calado do que falar o que não é devido. Obrigado Vereador Márcio pelas suas colocações, fiquei muito lisonjeado porque, após um ataque destemperado do Vereador Dorinho, o Senhor, dizendo essas palavras, fiquei muito reconfortado. Fico muito contente em saber que o Senhor tem esse entendimento por este Vereador, isso me conforta e me deixa ainda mais responsável para agir de maneira mais responsável pelas coisas do nosso Município. O Prefeito falou hoje aqui que ele quer a unidade, que ele espera a união, e eu também quero a união. O que eu não quero é a adesão, porque uma coisa é a união, outra coisa é adesão: "venha e adere ao que eu quero fazer". Outra coisa é unir forças para fazer o que nós queremos fazer. Tem diferença? Eu acho que tem. O Prefeito quer adesão, ele não quer união porque no momento em que ele fala em Plantão vinte e quatro horas no lado oeste da cidade e renuncia à UPA! O que é mais robusto, o Plantão vinte e quatro horas como está sendo proposto ou a UPA? Parece-me que é a UPA. Do morro para cá temos o Hospital, que tem raio x, que é público. Do morro para lá o que temos de público, raio x? Não temos e não teremos com o Plantão vinte e quatro horas. Eu fui ver as salas que foram inauguradas lá, não tem um espaço para raio x, não foi anunciado nada de raio x para o lado oeste da cidade, não foi lembrado nada de laboratório para o lado oeste da cidade no Plantão vinte e quatro horas. O Prefeito tinha que ter humildade de vir aqui: "Vereadores, nós queremos construir, o que vocês acham? Vamos falar, vamos combinar?" Isso é construir, isso é união. No início, até tentei defender o Prefeito. Vocês são testemunhas. O líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro–PMDB, ou do governo passado, Vereador Kranz, atacava o governo aqui e eu tentava defender. Mas não dá para defender, porque só a adesão não dá. Se quiser unir, tem que ter a humildade de dialogar, que é muito diferente, e tem uma diferença substancial. Não posso concordar com o Prefeito quando ele faz umas ilações a respeito do lixo, hoje, aqui. Mas o que foi aquilo que ele disse aqui? Fazendo ilações como se nós soubéssemos de "maracutaia". Ele não falou essa palavra, mas deixou subentendido. É muito grave e eu não podia ficar silente diante daquelas colocações porque eu não sou desonesto. E se eu soubesse que tivesse algum problema de "maracutaia", eu iria denunciar. Como eu teria denunciado, Vereador Dorinho – e aí faço associação, porque ela é pertinente –, se eu soubesse como o Senhor sabia que tinha problemas nos materiais. Eu teria denunciado, não desconfie disso porque eu tenho uma marca nesta Câmara de mais de vinte anos de atuação. Não vou deixar que uma pessoa da sua estirpe venha pôr qualquer mancha no meu nome. Ah, não vai mesmo, pode ter certeza, não vai ficar sem resposta! O Senhor sim, e vou dizer de novo, é um grande irresponsável como eu disse lá na Sala de Reuniões, nos seus olhos, olhando para o Senhor, porque não digo nas costas, digo nos seus

olhos, porque tenho a coragem de dizer na sua frente e não nas suas costas, porque eu sou um cara responsável sim. Ao tempo a que o Senhor se refere, em que fui vice-prefeito, várias vezes já falei a respeito disso. O Senhor, guiado por um óvni ou por um pajé, muito mais por um pajé, o Senhor vem aqui de novo tratar desse assunto. Não vou falar de novo sobre esse assunto até porque, salvo juízo melhor, a prefeita daquela época não tem condições de fazer a sua manifestação. Mas se o Senhor quiser saber o que já falei a esse respeito quando os outros colegas me atacavam, pegue as atas da Câmara, vai ver o que tem na imprensa. Agora, não siga pajé, o Senhor vai se dar mal sempre. *Encerradas as Explicações Pessoais,* a Presidenta convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres, na terça-feira, às oito horas e trinta minutos, e para Sessão Ordinária, às dezenove horas, encerrando a presente sessão às vinte e uma horas e dez minutos, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 16 de maio de 2013.....*

Ver. Márcio Müller
1.º Secretário

Ver.ª Rosemari Almeida
Presidenta